

RÁDIO COMUNITÁRIA, EXTENSÃO PESQUEIRA E CIDADANIA: UMA PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Washington Gurgel¹

RESUMO

Trata-se de um estudo de recepção da Rádio Comunitária Boca da Ilha, em Recife/PE, por pescadores e pescadoras da Ilha de Deus. Nesta etapa, especificamente, o objetivo é analisar as apropriações que a referida população faz da emissora local na perspectiva do desenvolvimento local. A pesquisa se alicerça em três aportes teóricos: os estudos latino-americanos de recepção; os da Extensão Pesqueira na perspectiva do desenvolvimento local e os da comunicação que acreditam no rádio comunitário como meio de comunicação para o desenvolvimento. Quanto aos instrumentos metodológicos, foram utilizadas pesquisa bibliográfica, entrevista semiestruturada, análise da programação da emissora e observação direta.

Palavras-chave: Rádio comunitária; Extensão Pesqueira; Desenvolvimento Local

¹Washington Gurgel é jornalista, especialista em jornalismo cultural e mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local (Intercom). Atualmente desenvolve estudos sobre redes de comunicação, rádio comunitária, Extensão Pesqueira e Desenvolvimento Local.

INTRODUÇÃO

Esse artigo é parte de um estudo mais amplo que analisa a recepção da Rádio Comunitária Boca da Ilha pelos moradores da Ilha de Deus, no Recife / PE cuja principal atividade econômica é a pesca. Nesta etapa pretende-se, especificamente, compreender as apropriações que pescadores e pescadoras fazem da rádio comunitária e o sentido que essa população dá às mensagens no seu cotidiano na perspectiva do desenvolvimento local.

O estudo se alicerça em três aportes teóricos: o dos estudos latino-americanos que prezam a valorização da figura do receptor no processo de comunicação em que, através dos usos sociais feitos pelo receptor, ocorre a produção de sentido das mensagens recebidas nos processos comunicativos; os estudos da Extensão Pesqueira na perspectiva do Desenvolvimento Local e os da comunicação que acreditam no rádio como um veículo capaz de promover o desenvolvimento.

O rádio foi introduzido no Brasil em 1922 e é um veículo que possui diversas potencialidades para promover o desenvolvimento econômico, social e cultural seja no urbano ou no rural, tanto pelo Estado como por organizações não-governamentais e pelos movimentos sociais, já que é um meio de grande utilidade, por exemplo, em campanhas de saúde, educação e outras ações para o desenvolvimento (ORTIZ, 1999).

Novelino (1996) acredita que as técnicas do rádio podem aproximar os governos das populações excluídas por diversos motivos, entre eles, pela capacidade de levar a informação para a maior parte da população, em especial para a de baixa renda, sem que seja preciso saber ler ou parar as atividades cotidianas para acompanhar as mensagens divulgadas.

O veículo possui características fundamentais para os que se propõem a fomentar o desenvolvimento. Peruzzo (1998) destaca a fácil compreensão por parte do ouvinte e a audição sem que outras atividades sejam interrompidas, além da penetração em locais mais remotos e, conseqüentemente, o regionalismo da emissora que cria forte relação com o local em que está fincada (PERUZZO, 1998:09).

Desde o início da popularização do rádio como veículo de comunicação de massa os contextos populares já demonstravam interesse por esse meio capaz

de proporcionar o diálogo mental entre as pessoas e a aproximação entre emissor e receptor (CRUZ, 2000).

Autores como Luz (2007), acreditam que, assim como o rádio, essa potencialidade aumenta com as rádios comunitárias que possuem características importantes na construção do desenvolvimento. Uma delas é o fato de pequenas emissoras comunitárias terem conseguido altos índices de audiência e de aceitação pelas comunidades locais por diversos fatores. Luz enumera alguns:

- a) desenvolvem uma programação sintonizada com os interesses, cultura e problemática locais;
- b) porque têm revelado grande capacidade de inovar programas e linguagens, o que as diferencia das FMs tradicionais;
- c) porque acabam revelando um grande potencial de atrair os anunciantes locais tanto pelo preço mais baixo das inserções, quanto pela possibilidade da alta segmentação de mercado, ou seja, atinge diretamente o público-alvo do anunciante local (LUZ, 2007:17).

Quanto às características de uma rádio propriamente comunitária, Luz (2007) acredita que:

- a) são sem fins lucrativos;
- b) é produto da comunidade;
- c) favorece uma programação interativa com a participação direta da população ao microfone e até transmitindo seus próprios programas;
- d) valoriza e incentiva a produção e transmissão das manifestações culturais locais;
- e) tem compromisso com a educação para a cidadania no conjunto da programação e não apenas em algum programa específico;
- f) democratiza o poder de comunicar proporcionando o treinamento de pessoas da própria comunidade para que adquiram conhecimentos e noções técnicas de como falar no rádio, produzir programas etc. (LUZ, 2007:18).

A maior parte dessas características e aspectos pode ser encontrada na experiência que vem ocorrendo na comunidade da Ilha de Deus, na cidade do Recife que, desde 2001, conta com a programação da Rádio Comunitária Boca da Ilha (GURGEL, 2007). A rádio surgiu da idéia de integrantes da Associação Caranguejo Uça que funciona como uma espécie de associação de moradores da

comunidade. São aproximadamente 20 pessoas que, em parceria com o Conselho Regional de Medicina e a Secretaria de Saúde do Recife, conseguiram doação de equipamentos como mesa de som, computador, microfone, fios e caixas de som para iniciar os trabalhos de comunicação radiofônica na Ilha (GURGEL, 2008).

Atualmente a Rádio Comunitária Boca da Ilha atinge cerca de 60% da população e, desde que surgiu, propõe-se a ser um instrumento de resistência e luta contra as políticas públicas ou a falta delas para a comunidade por parte dos governos municipal, estadual e federal. A emissora favorece uma programação interativa com participação direta da população, valoriza e incentiva a produção e transmissão das manifestações culturais locais; tem compromisso com a educação para a cidadania, não visa fins lucrativos e é produto da comunidade. Isto significa que a Rádio Comunitária Boca da Ilha reúne características de uma rádio tida como comunitária e pode ser vista como uma energia endógena da comunidade, como um potencial no esforço de envolver, mobilizar e disseminar na população a construção do desenvolvimento local. Ou ainda, como uma possível parceira em projetos de extensão pesqueira que venham a ser implementados na Ilha, já que se trata de uma comunidade formada por homens e mulheres que tiram da pesca a sobrevivência e por ser um local marcado pelas desigualdades sociais e pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano (GURGEL, 2009).

O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO: A RECEPÇÃO COMO PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Autores como Souza (1995) acreditam que é através do estudo da recepção que se investiga a reinterpretação das mensagens que o indivíduo faz em seu cotidiano. Para ele o receptor deixa de ser um ser passivo perante os meios de comunicação, ou ainda, um mero consumidor de informações, passando a ter suas próprias referências culturais e interpretando, em sua particularidade, o seu cotidiano.

É também a partir dos estudos de recepção que se analisa o uso que o receptor faz com os meios de comunicação de massa e não mais o que os meios

fazem com o público. Ainda sobre essa questão Martín-Barbero (1995) destaca que:

Os usos das mensagens pelo receptor não têm mais a mesma lógica utilizada pela comunicação quando é analisada em função das reações provocadas pelas mensagens e veículos. (...) as mensagens só tomam sentido no campo da cultura e nos conflitos que os cercam (MARTÍN-BARBERO, 1995:54).

Dessa forma, ao priorizar o enfoque sobre as vinculações entre comunicação e cultura, desloca-se o foco exclusivo dos meios comunicacionais, que têm seu valor reposicionado, para privilegiar as mediações próprias da recepção, enfatizando-se a posição da cultura e do cotidiano. Por essa via, restabelece-se o bom senso de que, se os receptores não são mais considerados guiados pelas indústrias culturais, a sociedade não é só mídia, ou seja, há muito mais dados a serem observados, formando as mediações (BRITTOS, 2006).

Brittos (2006) acrescenta ainda que a cultura está na mídia, pois o que é transmitido pelos meios de comunicação é cultura. Sob pena de se cair em outro extremo, com tudo, deve-se ressaltar que, se tanto as culturas alternativas quanto hegemônicas são veiculadas pelos meios, estão também fora deles. Embora a comunicação midiática a cada momento envolva mais e mais as possibilidades de troca e sentido, ela não é única. Ou seja, a produção de sentido não é viabilizada só pelas indústrias culturais, envolvendo ainda, e necessariamente, as mediações.

Desta maneira compreende-se que o receptor não é um ser passivo diante do poder dos meios de comunicação de massa e de suas mensagens que atingiria com os mesmos efeitos todos os públicos. Pelo contrário, admitem-se as chamadas audiências plurais que consideram a recepção como o lugar onde ocorrem a negociação e a produção de sentido – incluindo aí produtor e receptor – e que prega o estudo dos meios de comunicação de massa a partir da cultura (BRITTOS, 2006). Esta corrente de pensamento mostra que a recepção não é um espaço consensual, mas sim um espaço de conflitos.

Martín-Barbero (1985) afasta da mídia a responsabilidade de formadora única dos modos de ser e agir dos seres humanos, sepultando as propostas que

viam uma influência direta das primeiras sobre os segundos. O autor acrescenta que relacionar comunicação e cultura, na perspectiva das mediações culturais, significa um salto que provoca o abandono da posição de solidez que assegura o tratamento da comunicação reduzida a um produto, a um veículo ou a um meio, no máximo, para inseri-la no cotidiano das pessoas. É um processo de rompimento e ampliação.

Nessa perspectiva, a recepção é o estudo de como os indivíduos reinterpretam as mensagens recebidas dos meios de comunicação e como produzem sentidos sobre essas mensagens a partir de suas práticas e convívios sociais. E essa produção de sentido sofre interferências de inúmeros elementos externos, seja da cultura, da realidade social individual e / ou coletiva em que o indivíduo está inserido.

A ILHA DE DEUS

A Ilha de Deus está localizada na Zona Sul do Recife, na confluência dos rios Pina, Jordão e Tejió entre os bairros da Imbiribeira e de Boa Viagem. O último levantamento feito pela Prefeitura do Recife e pelo Governo do Estado de Pernambuco constatou que, atualmente, 348 famílias vivem no local. São 1.152 pessoas que habitam 348 barracos de tábuas, palafitas construídas às margens dos rios, e algumas poucas casas de alvenaria. Em muitos casos a moradia é conjugada, isto é, duas ou mais famílias habitam uma mesma residência. Esse regime de coabitação acontece entre pelo menos 22 famílias (FADE/GOVERNO DO ESTADO/PCR, 2007).

Assim como observaram Ramos, Gomes e Cunha (2007) a Ilha é uma das muitas comunidades ribeirinhas urbanas formadas por pescadores e pescadoras artesanais que se constituíram entre os séculos XVIII e XX. O local conta com a forte presença do manguezal, de aproximadamente 212 hectares. Atualmente, a pesca de peixes e siris, além da criação de camarões em viveiros e a cata de crustáceos como caranguejo e unha de 'véio' e moluscos como mariscos e sururus são as atividades de maior rentabilidade para os moradores da Ilha que, além de se alimentarem, comercializam esses produtos dentro e fora da comunidade (RAMOS; GOMES; CUNHA, 2007).

Entretanto, apesar da potencialidade natural principalmente para a pesca, a comunidade ainda sofre de mazelas como a falta de saneamento básico, responsável, em grande parte, pela proliferação de doenças entre a população e a assistência à saúde, já que a comunidade dispõe apenas de um posto de atendimento médico que funciona de forma precária. A renda mensal de 46,1% das famílias é de, no máximo, um salário mínimo para suprir necessidades como alimentação, vestuário, saúde, educação e transporte entre outras (FADE/GOVERNO DO ESTADO/PCR, 2007).

Os moradores da Ilha de Deus são carentes de infra-estrutura em vários outros segmentos. As ruas não são pavimentadas e só há duas escolas na comunidade que atendem apenas o ensino fundamental. Há poucos aparelhos de telefone público e não há acesso de automóveis, o que dificulta o fornecimento de serviços como entrega de gás e correspondências, além do tráfego de ambulâncias. Muitas vítimas de enfermidades saem da Ilha para atendimento médico transportadas em carros de mão. O único acesso para entrar ou sair da Ilha de Deus, com exceção de barcos, é através de uma ponte com cerca de um metro e meio de largura por aproximadamente 300 metros de comprimento que apresenta diversos problemas estruturais e dificulta o acesso da população em estudo.

A situação de pobreza na Ilha de Deus está muito próxima e se assemelha às muitas comunidades ribeirinhas estudadas por Josué de Castro na capital pernambucana. Durante anos, o médico recifense observou e combateu a fome de populações que tiram da lama o sustento familiar. Um exemplo disso está no romance *Homens e Caranguejos* (1965) no qual o autor destaca a gênese da sua aventura cognitiva no universo dos famélicos:

Procuo mostrar nesse livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife. (...) Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife. Fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejos. Seres anfíbios, habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos. Alimentados na infância com o caldo de caranguejo: este leite da lama.

Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos (CASTRO, 2001, p. 10).

EXTENSÃO PESQUEIRA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Jara (1998) analisa que no caso do Nordeste brasileiro, a pobreza tem caráter endêmico e é de natureza estrutural, onde se complementam de maneira perniciosa a concentração de renda e a concentração de terras. A degradação ambiental e a crise do emprego formal com engrossamento das fileiras do mercado informal completam esse panorama. Nessas circunstâncias surge a necessidade de aproveitar ao máximo os recursos locais projetados para mercados competitivos. Circunstâncias em que o desenvolvimento local aparece em destaque com os atores locais, em determinado território para que consigam caminhar com as próprias pernas, sustentando sua economia e desenvolvendo-se com seus próprios recursos (JARA, 1998).

Nesse contexto, dentre os vários desafios à pequena produção de base familiar, como é o caso da pesca artesanal desenvolvida por moradores da Ilha de Deus, apresenta-se o de dar a devida atenção aos aspectos de gestão, informação e participação, esta última entendida como acesso ao poder e exercício de cidadania. Para Jara (1998) é no âmbito local que interagem as organizações, as unidades empresariais, as redes de infra-estrutura, os intermediários comerciais e financeiros, com o meio natural.

Franco (2000) acrescenta que, nesse contexto, o local refere-se ao alvo sócio-territorial das ações. Há ainda a idéia de comunidade, uma vez que para o desenvolvimento local a ação enfoca seu trabalho nas particularidades concretas das múltiplas minorias sociais orgânicas. Objetivamente, o desenvolvimento local 'produz' comunidade. O autor também observa que no local é que se concretizam as várias dimensões do desenvolvimento – econômica, social, cultural, ambiental, política e ética – as quais conjuntamente determinam e, particularmente, condicionam o processo (FRANCO, 2000 apud PERRUCCI, 2007).

Jara (1998) compreende o desenvolvimento local como “o processo de construção de oportunidades e de melhores condições de vida para as populações locais mobilizando capacidades e energias endógenas” incluindo,

entre outros, o bem-estar econômico no atendimento das necessidades básicas humanas (JARA, 1998, p. 87). Esse processo de construção, como observa Callou e Tauk Santos (2003), passa, necessariamente, pela atividade laboral, isto é, pelo trabalho.

Callou e Tauk Santos (2003) destacam que a noção de desenvolvimento local traz implícita a questão da sustentabilidade. Sobre essa questão, Franco (2000) acredita que não basta crescer economicamente, é preciso aumentar os graus de acesso das pessoas não só à renda, mas à riqueza, ao conhecimento e ao poder ou à capacidade de influir nas decisões públicas. Para o autor, o desenvolvimento local é uma estratégia que facilita a conquista da sustentabilidade, pois leva à construção de comunidades humanas sustentáveis. Essa noção de sustentabilidade passa, necessariamente, não apenas pelo econômico, mas também pelo ambiental que, neste estudo, é de suma importância, já que se trata de uma comunidade que tem como principal atividade econômica a pesca, atividade tal que depende da preservação e renovação do meio ambiente.

A literatura revela que o conceito de desenvolvimento local, a partir dos anos 90, vem ganhando importância por conta de um conjunto de fatores. Callou e Tauk Santos (2003) enumeram alguns:

A mundialização dos mercados, o incremento das políticas neoliberais, a crise do desemprego, do Estado providência e o agravamento do processo de exclusão social. Esse redirecionamento demonstra como os principais atores do desenvolvimento, a exemplo do Estado, são impelidos a trabalhar em concertação em nível local (TAUK SANTOS, 2003:232).

Nessa perspectiva do desenvolvimento local, observa-se, na Ilha de Deus, um grande potencial natural para a atividade pesqueira. Essa energia endógena se agrega à teoria da Extensão Pesqueira que já é uma bandeira que alguns autores, a exemplo de Callou e Tauk Santos, defendem desde o início dos anos 90. Para esses estudiosos, defender o desenvolvimento local como perspectiva da Extensão Pesqueira é compreender essas atividades como “um esforço de mobilização de pequenos grupos (...) a fim de resolver problemas imediatos

ligados às questões de sobrevivência econômica, de democratização das decisões, de promoção de justiça social” (CALLOU; TAUK SANTOS, 2003:234).

Acrescenta-se a isso a idéia de que a Extensão Pesqueira, atualmente, volta-se para uma perspectiva na qual, os governos, em seus vários níveis, incorporam em suas estratégias as idéias de descentralização, articulação, convergência e focalização, percebendo a necessidade de parcerias com a iniciativa privada, a sociedade civil e a participação da comunidade.

Isso pode ser observado em alguns esforços governamentais em prol da Extensão Pesqueira como a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) em 2003 – hoje ministério. A Secretaria surgiu com o intuito de assessorar a Presidência da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola e, especialmente, promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial, bem como de ações voltadas à implantação de infraestrutura de apoio à produção e comercialização do pescado e de fomento à pesca e à aquicultura (BRASIL, 2003).

Carvalho e Callou (2008) observam que, com o fim das atividades da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1989, os pescadores ficaram praticamente sem serviços públicos de apoio ao desenvolvimento do setor pesqueiro e que o assunto só voltou à ordem do dia depois da criação da SEAP/PR. Vale salientar ainda que a nova secretaria foi criada em um cenário diferente, caracterizado por grandes transformações globais, pela expansão das novas tecnologias eletrônicas e informacionais, pelos processos antagônicos de mundialização dos mercados e da cultura e pela descentralização dos processos decisórios na vida pública (CARVALHO; CALLOU, 2008).

Isto significa dizer que o surgimento da SEAP/PR ocorreu no momento em que há a idéia de um Estado que não mais toma para si toda responsabilidade e controle das políticas públicas para o desenvolvimento, mas divide essa responsabilidade com as organizações não-governamentais, privadas, e mesmo com organizações públicas estaduais e municipais, destacando sempre a participação dos atores sociais organizados como condição fundamental para o processo (KLIKSBURG, 2003 apud CARVALHO; CALLOU, 2008).

Nesse sentido, Callou e Tauk Santos (2003) esclarecem que a partir do momento em que o Estado é visto como 'Estado social inteligente', como afirma Kliksberg, e a Extensão Pesqueira assume a perspectiva do desenvolvimento local, incorpora uma série de ações de assessoramento, planejamento e execução de políticas de comunicação voltadas para:

- Encorajar a solução de problemas graves do autodesenvolvimento econômico e social das comunidades locais;
- Sensibilizar as autoridades locais, regionais e nacionais, face aos problemas ligados ao emprego, serviço de base etc.;
- Promover o empoderamento das associações populares, compreendida como ação que possibilita às associações melhorarem a capacidade individual e coletiva para atuarem no cenário público;
- Fortalecer as lideranças municipais;
- Sustentar a criação, no plano organizacional, de empresas comunitárias e cooperativas de habitação, trabalho entre outras (CALLOU; TAUKE SANTOS 2003:223).

Todas essas ações podem ser construídas e disseminadas com o auxílio de uma rádio comunitária que, como já observado, é produto da comunidade, favorece uma programação interativa com a participação e 'sujeitização' direta da população, valoriza e incentiva a produção e transmissão das manifestações culturais, além de ter compromisso com a educação e com a democratização do poder de comunicar (PERUZZO, 1998).

A PESQUISA

A unidade de análise escolhida foi a família, definida como um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica que vive no mesmo domicílio (IBGE, 2007). A família, neste estudo, é entendida não como um fenômeno natural e sim como uma construção social que varia através da história e que deve ser vista como um sistema em troca permanente com o seu meio, que recebe pressões sociais, mas que também inventa cultura através das soluções cotidianas, dos pequenos e grandes rearranjos nas relações interpessoais (SANTOS; ADORNO, 2002).

A partir da definição de família foram privilegiadas aquelas que têm pelo menos uma pessoa cuja principal atividade econômica é a pesca e, preferencialmente, que possua registro de pescador ou pescadora em instituições governamentais ou não, a exemplo da Secretaria Especial da Pesca e Aqüicultura, regional Pernambuco.

Dentro do universo de 348 famílias existentes na Ilha de Deus, 50% trabalha como pescador ou pescadora segundo pesquisa realizada pelo Governo do Estado e Prefeitura do Recife anteriormente citada. Com base nisso, a amostra escolhida foi de 5% do total de 174 famílias.

No processo de investigação foram realizadas entrevistas semi-estruturadas entre os pescadores e pescadoras da amostra. Outro instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semi-estruturada realizada com os membros da Associação Caranguejo Uça, responsável pela Rádio Comunitária Boca da Ilha. As entrevistas foram realizadas com dois membros responsáveis pela criação da referida rádio e que também são comunicadores. O terceiro instrumento de coleta de dados foi a gravação da programação da Rádio comunitária. A referida gravação foi dividida em seis etapas, isto é, em seis dias diferentes. A gravação em dias alternados foi proposital e sigilosa, ou seja, sem que idealizadores e comunicadores soubessem para que não interferisse no conteúdo dos programas. Ao todo foram gravadas 12 horas da programação sendo duas horas por dia. A coleta desse material foi realizada durante os meses de março e abril de 2008. Esse instrumento subsidiou a análise do conteúdo da programação quanto ao incentivo ao trabalho, à organização política produtiva e à sustentabilidade ambiental.

CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi analisar a recepção da Rádio Comunitária Boca da Ilha pelos pescadores e pescadoras da Ilha de Deus, no Recife. Especificamente, pretendíamos compreender as apropriações dessa parcela da população quanto à Rádio local e o sentido que eles dão às mensagens no seu cotidiano.

Acredita-se que parte das considerações importantes foram tecidas no decorrer deste trabalho, no entanto, cabe levantar algumas reflexões,

inicialmente, sobre possíveis ajustes que devem ser feitos na Rádio para de fato desenvolver um trabalho mais pontual entre os ilhéus.

A pesquisa revelou que um dos problemas mais evidentes está na infraestrutura da emissora que, como já observado, atinge apenas 60% da comunidade na transmissão. A falta de equipamentos, em especial, caixas de som e fios, é a principal responsável por este alcance limitado. Isso ficou evidente, neste estudo, quando foi possível perceber que 25% dos entrevistados não acompanham a programação da Rádio de suas residências por não haver caixas instaladas nas proximidades. Essa carência de equipamentos revela a perda de parte de uma potencial audiência que demonstra desejo em acompanhar, já que afirma buscar ouvir a Rádio em outros pontos da Ilha devido o serviço não ser disponibilizado para suas casas.

Outra fragilidade da emissora é quanto à manutenção e ampliação dos equipamentos, já que desde 2005 – quando receberam a doação do Conselho de Medicina de Pernambuco e Secretaria de Saúde do Recife – a Rádio funciona com esses mesmo equipamentos, ou melhor, com parte desses equipamentos, já que alguns não funcionam mais por estarem quebrados e não houve reposição dessas peças. Esse problema evidencia uma outra questão para a manutenção da Rádio Comunitária Boca da Ilha: a falta de dinheiro da emissora que não dispõe de qualquer recurso financeiro seja através de doações, sócios, publicidade entre outros. Essa é uma questão que mexe diretamente no funcionamento da emissora visto que alguns comunicadores, por não receberem qualquer tipo de ajuda financeira, deixaram de transmitir o programa para realizar trabalhos remunerados no mesmo horário em que deveriam estar na Rádio. Essa situação revela a necessidade de criação de algum tipo de remuneração para os comunicadores da emissora, já que em todo e qualquer processo de desenvolvimento local a questão econômica não pode ser esquecida por ser um dos fatores principais.

Outra questão que precisa ser resolvida na Rádio está relacionada à formação educacional dos comunicadores. Por um lado eles possuem baixo nível de escolaridade e, por outro, não dispõem de técnicas apuradas de como se comunicar no veículo rádio. Quanto ao primeiro fator, alguns comunicadores, por conta própria, retomaram os estudos. Já com relação às técnicas radiofônicas, eles dispõem apenas de oficinas realizadas esporadicamente por pessoas ligadas

a entidades como a Associação Brasileira de Radiodifusão, o que não é suficiente para um aprendizado mais pontual.

O estudo também revelou que a programação necessita de alguns ajustes. Um dos pontos observados está na formatação da grade. Por enquanto a Rádio ainda não possui uma seqüência completa diariamente o que prejudica a fidelidade dos ouvintes que acompanham a emissora comunitária. Esse aspecto deve ser respeitado em todos os níveis para que os ilhéus, com o passar dos dias, conheçam a programação e passem a se preparar para ouvi-la em determinado horário que o seu conhecimento prévio identifica a programação que será transmitida. Atualmente, percebe-se que a programação varia bastante de horário e, principalmente, de dia, com exceção do programa da *Véia Disfarçada* e do *Som e Ação* que mantêm regularidade quanto aos dias e horários.

Apesar dos problemas mencionados, a emissora comunitária é um veículo que faz parte do cotidiano dos ilhéus e que recebe o apoio, a admiração e, principalmente, a audiência da população na Ilha de Deus. População que, à sua maneira, participa da programação, mantém interatividade com os comunicadores e que acredita no conteúdo divulgado.

Ficou evidente que os pescadores e pescadoras vêem a Rádio como um instrumento de mudança para o desenvolvimento local e que encontram na programação informações que os auxiliam no cotidiano, nos afazeres domésticos e na resolução de problemas ligados à saúde e educação entre outros. Além disso, percebeu-se que os ilhéus reconhecem na Rádio incentivo e corroboram com a idéia de que juntos em associações, cooperativas e demais entidades do tipo, podem crescer profissionalmente, melhorar a produtividade, a remuneração e, conseqüentemente, a qualidade de vida entre a população. Observou-se ainda o trabalho da Rádio quanto à conscientização sobre meio ambiente surtiu efeito entre os ilhéus, visto que, ao longo de todo o processo deste estudo, o tema foi amplamente citado pelos pesquisados. Isso demonstra que de fato a recepção das mensagens relacionadas ao tema culminou em uma apropriação por parte dos ouvintes.

Aproximando a tríade rádio comunitária, Extensão Pesqueira e desenvolvimento local fica também evidente que a emissora pode e deve ser usada para a divulgação, mobilização e conscientização de futuros projetos de extensão pesqueira que venham a ser implementados na comunidade baseado

nas seguintes evidências: a rádio goza de elevada audiência entre os ilhéus; é um veículo que possui a credibilidade dos pescadores e pescadoras; tem alcance de divulgação em 60% da Ilha; é formada por pessoas da própria comunidade que vivem e conhecem a realidade local e, por fim, por estar engajada em promover mudanças locais e pela emissora ser usada em benefício da população.

Por fim, o estudo revelou que a Rádio Comunitária Boca da Ilha faz parte da vida de pescadores e pescadoras, faz parte das apropriações dessa gente em seu cotidiano. Isso demonstra, mais uma vez, que a emissora é uma potencial parceira na construção de futuros projetos que venham a ser implementados na comunidade. Projetos que oxigenem a Rádio e que a Extensão Pesqueira na perspectiva do desenvolvimento local assumam o papel de protagonista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITTOS, Valério Cruz. **Comunicação e cultura: o processo de recepção**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2006.

CARVALHO, Felipe Eduardo Araújo de; CALLOU, Angelo Brás Fernandes; **Extensão Pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca no Estado de Pernambuco, 2003-2006**. Artigo publicado em Interações (Campo Grande) v.9 n. 1 Campo Grande, jan./jun. 2008.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett. Extensão Pesqueira e gestão no desenvolvimento local. In: PRORENDA RURAL. **Extensão Pesqueira: desafios contemporâneos**. Recife: Bagaço, 2003.

CASTRO, Josué. **Homens e Caranguejos**. 2ª. Ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

CRUZ, Sérgio de Souza. **Plantando ondas comunitárias: estudo de recepção da Rádio Comunitária 95FM pelos reassentados de Pedra Branca, na Bahia**. Recife, 2000. Dissertação (Mestrado em Administração e Comunicação Rural), Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE.

FADE/GOVERNO DE PERNAMBUCO/PCR. Pesquisa sobre a Ilha de Deus realizada pelo governo de Pernambuco e Prefeitura do Recife em 2007.

FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília, DF: Instituto de Política, 2000.

GURGEL, Washington. **A Ilha em Redes**: da produção cultural à Rádio Comunitária Boca da Ilha. In: Encontro das Escolas de Comunicação Pernambuco / Nordeste, EPEC, 6. Out. 2007.

GURGEL, Washington [et. al]. **Redes informais de comunicação e produção cultural na pesca artesanal**. In: Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación, 9. Ciudad del México, México, out. 9 al 11, 2008.

GURGEL, Washington. **Rádio Comunitária, Extensão Pesqueira e Desenvolvimento Local**: o caso da Ilha de Deus, no Recife/PE. In: Congreso Panamericano de Comunicación, 4. Facultad de Comunicación y Diseño, Universidad Mayor. Santiago, Chile, out. 2008.

GURGEL, Washington. **Rádio comunitária na perspectiva do desenvolvimento local**: a experiência de pescadores e pescadoras com jornalismo popular na Ilha de Deus, Recife, Pernambuco, Brasil. In: Congreso Iberoamericano de Comunicación, 9. Ilha da Madeira, Portugal, abril. 2009.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>, Acesso em: 18 out. 2008.

JARA, Carlos. A sustentabilidade do desenvolvimento local. Recife: IICA, 1998.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez, 2003.

LUZ, Dioclécio. **A arte de pensar e fazer rádios comunitárias**. Brasília: [s.n.], 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Televisión y melodrama.** Colômbia: Tecer Mundo Editores, 1985.

NOVELINO, Elias. Quem deve ser o dono da Voz do Brasil. **Comunicação e Educação.** São Paulo, n. 5, jan./abr., 1996.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

PERRUCCI, Arthur Emílio da Costa. **Extensão pesqueira, desenvolvimento local e participação popular: estudo de recepção do programa de combate à pobreza rural pelos pescadores familiares de Tejucupapo, Goiana – Pernambuco.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local), Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2007.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Participação nas rádios comunitárias no Brasil.** O artigo é uma versão ampliada do paper apresentado no GT Cultura e comunicação Popular, XXI Congresso Brasileiro de Ciências da comunicação, Recife-PE, 9 a 14 de setembro de 1998.

RAMOS, Ana Cláudia; GOMES, Ana Paula; CUNHA, Elton. **Trabalho da pesca artesanal/ familiar na Ilha de Deus enquanto atividade produtiva na perspectiva do Desenvolvimento Local.** Artigo de mestrados do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE, 2007.

SANTOS, Rosa de L. A; ADORNO, Rubens C. F. Um ensaio sobre família (a) e suas intersecções. In: AGOSTINHO, Marcelo L.; SANCHES, Tatiana M. **Família: conflitos, reflexões e intervenções** (Org.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CONTATO:

Rua São José da Coroa Grande, 339, casa 01, Pau Amarelo, Paulista, Pernambuco. CEP 53.431-155 / Telefones para contato: (81) 88224357 / (81) 41091063. washingtongurgel@hotmail.com